



35 ser liberada novas perfurações desde que ocorresse um estudo ambiental prévio porque  
36 não se sabe a extensão do problema causado pela exploração das águas subterrâneas  
37 na região...”, sendo a alteração feita. O Secretario Executivo questionou se era necessária  
38 mais alguma alteração, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em  
39 votação a Ata da 28ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a  
40 qual foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Fernando Bittencourt questionou sobre  
41 qual o posicionamento da Plenária quanto a renovação da Resolução que proíbe a  
42 perfuração de poços na ultima reunião, sendo respondido pelo Secretario Executivo que  
43 não se definiu nada na referida reunião, sendo sugerido pelo conselheiro Décio Siebert  
44 que este tema entrasse como tema na pauta da presente reunião, o que foi aprovado  
45 pelos conselheiros presentes. Dando continuidade a pauta, o Secretário Executivo  
46 colocou aos conselheiros que a SEMA, através da gerencia de outorga, solicitou que  
47 fosse incluída na pauta desta reunião uma alteração do artigo 7º da resolução nº 29 de 24  
48 de setembro de 2009, e passou a palavra para a Sra. Ellen Pantoja, gerente de outorga  
49 da SEMA, a qual colocou aos conselheiros que a alteração em questão é muito simples, e  
50 não mudaria a idéia principal de se utilizar o enquadramento provisório, ponderando que  
51 da forma como esta escrita inviabiliza a aplicação deste instrumento. O conselheiro Ciro  
52 Gomes questionou se já se tem uma minuta pronta para ser apresentada, ao que a Sra.  
53 Ellen Pantoja respondeu positivamente. A conselheira Valquíria de Azevedo sugeriu que  
54 fosse feita uma reunião extraordinária para se apreciar esta minuta, sendo ponderado  
55 pela conselheira Edenir Serigatto que é complicado se marcar uma reunião extraordinária  
56 pois diversas pessoas moram em outros municípios e que sendo um assunto simples,  
57 pode-se incluir na pauta. O Secretario Executivo colocou então em votação a inclusão da  
58 apreciação da minuta de resolução na pauta, o que foi aprovado pelos conselheiros  
59 presentes. Dando continuidade a pauta, o Secretário Executivo iniciou os informes  
60 colocando aos conselheiros que o Seminário Estadual de Recursos Hídricos, que estava  
61 previsto para ocorrer no mês de novembro, não será mais realizado, devido a uma não  
62 priorização do recurso do Estado, não sendo autorizado também, pelo mesmo motivo, a  
63 contratação de consultoria para a elaboração dos planos de bacia das UPGs Alto Rio das  
64 Mortes (TA-4) e São Lourenço (P-5). Informou aos conselheiros que ocorreu, no dia 15 de  
65 outubro de 2010 a cerimônia de posse dos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do  
66 Rio Sepotuba – CBH Sepotuba, em Tangará da Serra, ocorrendo também a eleição da  
67 diretoria do mesmo. Ponderou ainda que já foi realizada a primeira ação deste Comitê,  
68 sendo feita uma expedição na Bacia do Rio Sepotuba no período de 18 a 22 de outubro, a

69 qual percorreu de barco toda a extensão do mesmo e verificando a degradação existente  
70 no mesmo informando que o Conselheiro Décio Siebert faria uma apresentação sobre o  
71 tema no decorrer da reunião. Em seguida colocou aos conselheiros que não foi autorizada  
72 a contratação de ônibus para levar colaboradores convidados pela SEMA para participar  
73 do XII ENCOB, que ocorrerá em Fortaleza de 22 a 26 de novembro, destacando porem  
74 que o Ministério do Meio Ambiente solicitou a indicação para representar o Estado na  
75 Consolidação da Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, de uma pessoa que  
76 não possua vínculo com o Estado representando cada uma das bacias hidrográficas que  
77 o mesmo integra, sendo indicados o conselheiro Ciro Gomes, pela bacia Tocantins-  
78 Araguaia, a conselheira Daniela Maimoni pela Bacia Amazônica e o conselheiro Marcelo  
79 de Oliveira pela bacia do Paraguai, colocando que foi feito por email o questionamento  
80 das entidades interessadas. A conselheira Valquíria de Azevedo colocou que não recebeu  
81 o referido e-mail e solicitou que fosse indicada pelo IMADEA, ao que o Secretario  
82 Executivo respondeu não ser mais possível, devido a expiração do prazo para indicação e  
83 já terem sido indicados os conselheiros. A conselheira Valquíria de Azevedo solicitou  
84 então que fosse verificado o porque de não ter recebido o e-mail, ao que o Secretario  
85 Executivo complementou que os nomes foram definidos na Plenária da ultima reunião, só  
86 sendo por email confirmado o interesse e possibilidade de participação por e-mail. O  
87 Secretario Executivo passou a palavra para a Secretaria do CEHIDRO, a qual informou  
88 aos conselheiros que o INAE solicitou a substituição da sua representante titular, Sra.  
89 Andrea Schwarz Santos pelo Sr. Marcelo de Oliveira. Dando continuidade aos informes, o  
90 Secretario Executivo colocou aos conselheiros que o CNRH solicitou por oficio que  
91 fossem enviados sugestões de temas para serem tratados no mesmo no ano de 2011,  
92 ponderando que foi encaminhado por email juntamente com a convocação para a reunião  
93 o oficio solicitando esta sugestão bem como o formulário que deve ser encaminhado ao  
94 CNRH e documentos complementares para que os conselheiros pudessem verificar junto  
95 a seus pares. A Secretaria do CEHIDRO complementou que os conselheiros não  
96 precisam se preocupar com o preenchimento do formulário pois isto será feito pela  
97 Secretaria Executiva, mas sim em encaminhar as sugestões de temas, tendo o mesmo  
98 sido enviado somente para terem uma idéia de como é solicitado, ponderando ainda que  
99 as sugestões devem ser encaminhadas por email ate o dia 19 de novembro para que a  
100 Secretaria tenha tempo hábil de preencher e encaminhas os formulários ate o dia 29 de  
101 novembro, data limite. A conselheira Alessandra Panizi pediu que fosse feita uma  
102 explanação sucinta sobre os temas que a SEMA tem a intenção de mandar para auxiliar

103 aos conselheiros, sendo colocado pelo Secretario Executivo que a SEMA pretende enviar  
104 sugestões relacionadas a enquadramento e sustentabilidade financeira. A conselheira  
105 Daniela Maimoni colocou que concorda que a questão do enquadramento é importante de  
106 ser colocada e sugeriu que fosse enviada uma sugestão relacionada a planos de bacias,  
107 em especial a questão do financiamento deles, o que pode ser complementado pela  
108 FAPEMAT. A Secretaria do CEHIDRO ponderou que o CNRH tem como função  
109 estabelecer as diretrizes para que sejam estabelecidos os instrumentos e normatizar a  
110 política, não sendo função do mesmo financiar estas ações. A conselheira Daniela  
111 Maimoni ponderou então que se podem buscar recursos em outras esferas, sendo  
112 colocado pelo Secretario Executivo que teve uma reunião com o Presidente da  
113 FAPEMAT, onde foi entregue a Moção nº 08, que trata do fomento a pesquisa em  
114 recursos hídricos no Estado, no qual o presidente se mostrou bem receptivo e interessado  
115 em estabelecer esta parceria, complementando que no Seminário Estadual de recursos  
116 Hídricos seria discutido este tema, porem agora buscaremos outros caminhos. O  
117 Conselheiro Décio Siebert colocou que e cada vez mais importante o enquadramento e os  
118 planos de bacia como instrumentos para o real planejamento dos recursos hídricos. A  
119 Conselheira Susan Lannes colocou que mo Ministério Público do Mato Grosso do Sul  
120 promoveu uma audiência pública em Campo Grande para discutir a Bacia Hidrográfica do  
121 Pantanal (BAP – Bacia do Alto Paraguai), como ponto principal a exigência junto aos  
122 empreendimentos hidroelétricos a necessidade de se realizar o Estudo de Avaliação  
123 Ambiental Integrada e a Avaliação Ambiental Estratégica, concordando com a conselheira  
124 Daniela Maimoni sobre a necessidade de planos de bacia. Dando continuidade à pauta, o  
125 Secretario Executivo passou a apreciação da Minuta de Resolução nº 37, que estabelece  
126 o calendário de reuniões ordinárias do CEHIDRO para o ano de 2011, sendo sugerido  
127 pela conselheira Alessandra Panizi que a data da 30ª Reunião ordinária fosse alterada do  
128 dia 27 de janeiro para o dia 10 de fevereiro, devido ao período de férias, o que foi  
129 aprovado pelos conselheiros presentes. O Secretario questionou se alguém sugeriria mais  
130 alguma alteração, ninguém se manifestando colocou em votação, sendo aprovada a  
131 Resolução nº 37, com a alteração da data da 30ª Reunião. Em seguida o Secretario  
132 Executivo passou ao próximo ponto da pauta colocando em apreciação a Minuta de  
133 Moção nº 10, que solicita a SEMA que delegue poderes deliberativos para os Comitês de  
134 Bacia Hidrográfica, ponderando que esta é uma continuação da pauta da ultima reunião,  
135 onde se definiu que os Comitês devem ter poderes deliberativos, porem a redação da  
136 mesma não foi considerada apropriada, destacando que a mesma foi levada novamente a

137 CTGPar e que foi alterada a redação conforme solicitação do Pleno, lendo a minuta para  
138 os conselheiros. A secretaria do CEHIDRO colocou que além de dar poderes deliberativos  
139 sobre as competências de que trata o art. 21 da Lei 6.945/97, como sugerido na Plenária,  
140 a CTGPar considerou que o enquadramento e a cobrança são instrumentos importantes  
141 sobre os quais os Comitês devem ter poderes deliberativos, motivo pelo qual foi incluído o  
142 art. 2º da Minuta, sendo complementada pelo Conselheiro Décio Siebert que a Lei Federal  
143 9.433/97 já dá estas competências para os comitês. Em seguida, o Secretario Executivo  
144 leu a Minuta de Portaria que irá acompanhar a Moção e colocou esta ultima em votação,  
145 sendo aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo colocou então em apreciação a  
146 Minuta de Resolução nº 38, que regulamenta o artigo 9º do Decreto Estadual nº 336/07,  
147 que trata da outorga de direito de uso, passando a palavra as Sras. Ellen Pantoja e Ariane  
148 Rodrigues para apresentarem a Minuta. A sra Ellen Pantoja iniciou a explanação  
149 colocando que a motivação para se fazer esta alteração é que se verificou que as  
150 captações que eram consideradas insignificantes não atendem ao uso social da água  
151 conforme desejado, pois da forma como está ou se geraria o custo de se pedir uma  
152 outorga para um uso que é insignificante ou se geraria aumento dos custos de energia,  
153 pois seria necessário se bombear uma vazão menos de água porém por um período  
154 maior. A sra Ariane Rodrigues apresentou então aos conselheiros o 9º do Decreto  
155 Estadual nº 336/07, como se encontra regulamentado atualmente e como ficaria com esta  
156 nova regulamentação, complementando com um quadro demonstrativo dos  
157 empreendimentos que hoje não são incluídos como insignificantes e que seriam incluído a  
158 partir da nova regulamentação, ponderando que todos são alocados na categoria de  
159 cadastro de irrigação, por utilizarem a técnica de gotejamento. A conselheira Alessandra  
160 Panizi questionou quanto custaria para o empreendedor, se os mesmos teriam prioridade  
161 e qual o prazo, ao que a sra. Ellen Pantoja respondeu que custa uma UPF de acordo com  
162 o Decreto que regulamenta as taxas no Estado e que os mesmos não teriam prioridade,  
163 sendo analisados os processos de acordo com a data de protocolo e que o prazo é  
164 variável de acordo com as peculiaridades do processo e do local. A sra Ariane Rodrigues  
165 continuou a apresentação, tratando das acumulações que seriam independentes de  
166 outorga. A sra Ellen Pantoja ponderou que a Minuta apresentada revogaria o art. 8º da  
167 Resolução 27, que trata de critérios para a outorga de captação superficial além de  
168 regulamentar o referido artigo do Decreto. Colocou ainda que a fiscalização será feita pelo  
169 sistema, através dos dados dos hidrômetros e que em loco será realizada por  
170 amostragem. O conselheiro José Ferraz colocou que na ANEEL se tem a questão da

171 reserva hídrica, onde se tem a outorga mas não se iniciaram ainda as obras, e questionou  
172 se o sistema abrange estes dados, ao que a sra. Ellen Pantoja respondeu positivamente,  
173 complementando que na legislação é dado um prazo de 3 anos para o início das obras,  
174 ponderando ainda que a fiscalização disto encontra-se muito ligada a cooperação dos  
175 vizinhos com o órgão fiscalizador. A conselheira Daniela Maimoni questionou se é feita  
176 alguma análise em relação á qualidade da água e a sra. Ellen Pantoja respondeu que sim,  
177 é exigido um parâmetro, normalmente a DBO ou algum que tenha importância no despejo  
178 as industria relacionada. O conselheiro Sidney Marques questionou como será feita a  
179 alimentação destes dados, ao que a sra. Ellen respondeu que a discussão ainda  
180 encontra-se em fase inicial e este ponto esta indefinido. O Secretario Executivo colocou  
181 em votação, sendo aprovada a Resolução n° 38, que regulamenta o art. 9° do Decreto  
182 336/97. O Secretario Executivo colocou então em apreciação a Minuta de Resolução n°  
183 39, que altera o Art. 7° da Resolução n° 29 de 24 de setembro de 2009, destacando que  
184 no início da reunião a Plenária aprovou a inclusão da mesma na pauta do dia, e passou a  
185 palavra á Sra. Ellen Pantoja, para que defendesse a alteração. A sra Ellen Pantoja  
186 colocou aos conselheiros que existe um passivo ambiental de empreendimentos já  
187 licenciados e que não possuem a outorga, sendo que para tratar deste problema se  
188 estabeleceu a ferramenta de enquadramento transitório, porem colocou-se neste artigo  
189 que o mesmo só poderá ser implementado se o corpo hídrico encontra-se fora dos  
190 padrões em que o rio se encontra enquadrado, ou seja, no caso dos rios estaduais, fora  
191 dos padrões da classe 2, lendo em seguida o artigo 7° da Resolução n° 29 de 24 de  
192 setembro de 2009 e a proposta de alteração, destacando que somente seria retirado o  
193 texto "...quando o corpo hídrico receptor encontrar-se fora dos padrões de qualidade  
194 estabelecidos pelo enquadramento". O conselheiro Fernando Bittencourt questionou  
195 quanto ao estabelecimento destas metas progressivas, sendo respondido pela Secretária  
196 do CEHIDRO que a Resolução n° 91 do CNRH coloca o estabelecimento destas metas,  
197 não sendo porem obrigatório. O Secretario Executivo pôs em votação a Minuta de  
198 Resolução n° 39, que altera o Art. 7° da Resolução n° 29 de 24 de setembro de 2009, a  
199 qual foi aprovada pelos conselheiros presentes, com abstenção do IBAMA. O Secretario  
200 executivo colocou então aos conselheiros que no início da reunião o conselheiro  
201 Fernando Bittencourt questionou quanto a um posicionamento da Plenária em relação  
202 resolução que trata dos poços jorrantes, sendo sugerido que seja pedido um estudo  
203 ambiental prévio para a perfuração de novos poços, ponderando ainda que em caldas  
204 novas estava ocorrendo um problema de diminuição da temperatura da água dos poços,

onde se teve uma parceria do governo e dos municípios para se fazer um estudo e decidiu-se proibir a perfuração de novos poços com base neste estudo, porem não sabemos se teremos este apoio do governo, ainda mais por estarmos em um período de mudanças. O Conselheiro Fernando Bittencourt ponderou que esta pode ser uma pauta para o CNRH. A conselheira Daniela Maimoni colocou que em reuniões anteriores foi criado um grupo de trabalho para tratar da acreditação de laboratórios porem o mesmo ainda não se reuniu, e propôs que entrasse como pauta na próxima reunião uma apresentação que faria sobre a ISO 17025, o que foi aprovado pelos conselheiros presentes. A secretaria do CEHIDRO ponderou que o grupo de trabalho ainda não se reuniu devido a uma solicitação, feita após a 27ª Reunião, pelo Secretario de que fosse feita ao mesmo uma apresentação sobre o processo de acreditação do laboratório da SEMA para se inteirar do assunto antes do inicio das atividades, porem ainda não foi possível conciliar as agendas. O Conselheiro Décio Siebert propôs que na próxima reunião fosse discutido também a recriação da Câmara Técnica de Barragens, para que possamos nos posicionar sobre o tema já que o CONSEMA ainda não se manifestou. Dando continuidade à pauta, o Secretario Executivo passou a palavra ao conselheiro Décio Siebert que apresentou aos conselheiros os resultados da expedição sepotuba, destacando que em 2005 ocorreu outra expedição neste sentido, e pode-se notar que os problemas se agravaram desde então. Iniciou falando sobre a cerimônia de posse dos integrantes do CBH Sepotuba e agradecendo a presença de todos no evento, passando em seguida a expedição propriamente dita, destacando os problemas encontrados, especialmente as voçorocas e bancos de areia, ponderando a necessidade de se ter um efetivo planejamento para a recuperação da bacia, e encerrou destacando a importância de todos os atores neste processo. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 30min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

---

ALEXANDER TORRES MAIA

Presidente do CEHIDRO

---

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI

Secretário Executivo do CEHIDRO

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 11/02/2011.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial*